

# Em rota de colisão

ALBERTO GOLDMAN

FOLHA DE SAO PAULO

inc P3

J á dizíamos, em artigos anteriores, que o processo de transição só poderia chegar a bom termo amparado numa negociação dentro da Constituinte e das forças políticas com o presidente da República, inclusive na questão do tempo de mandato e do sistema de governo.

A característica central da transição brasileira é a ruptura limitada, ou dizendo de outra forma, a conciliação com o passado que se quer superar.

A falta de negociações na fase atual levou a um debate longo e estéril na Assembleia Constituinte e só agora estão sendo produzidos os primeiros frutos. No entanto, as questões que têm para a nação um interesse relativo — como o mandato do atual presidente — estão provocando o surgimento de um verdadeiro “braço de ferro”. Este tem levado a extremos a crise política e provocado efeitos desastrosos no desenvolvimento econômico e social do país.

A nosso ver, a questão não se resolve pela simples contagem dos votos na Constituinte. Fosse um

país de democracia consolidada, uma decisão por votos seria natural. Não é o caso. O resultado deve estar apoiado em uma ampla negociação política para que se evitem tramas e sequelas com conseqüências imprevisíveis.

O PMDB, eixo fundamental na transição democrática, tem uma enorme responsabilidade nessa questão. É ele o centro das negociações e desta condição não pode fugir.

Desde as primeiras medidas tomadas pelo governo com as relativas à reforma agrária, o congelamento de preços, a moratória, o partido não teve uma postura clara e nem foi capaz de mobilizar forças sociais suficientes para manter as propostas mais avançadas que vinham no bojo do governo Sarney. O que se verifica, hoje, é o recuo do governo em relação às propostas mais avançadas, mais progressistas. Mas um recuo que se dá em função da derrota que estamos sofrendo na condução daquelas questões. Limitar ao Poder Executivo as culpas pelo recuo seria uma ingenuidade inadmissível. Esta situa-

ção — o agravamento da crise econômica, o fantasma da recessão e do desemprego que todos nós tememos e o agravamento da crise entre uma parcela ponderável, senão majoritária, na Assembleia Constituinte e o Poder Executivo — pode levar à estagnação do processo constituinte e ao agravamento da crise política. Estamos em rota de colisão, algo que não interessa, de forma nenhuma, à nação.

É preciso buscar uma saída negociada dentro da Assembleia Nacional Constituinte, e desta com o presidente da República. Mas uma negociação que não pode apenas levar em conta o tempo de mandato e o sistema de governo. Independentemente do tempo do atual presidente (mais um ou dois anos de mandato), o fato concreto é que as questões econômicas e sociais estão se agravando. É necessário, do PMDB, uma clara alternativa, um plano emergencial que possa balizar a travessia.

Afinal de contas, temos que responder com clareza como é que queremos que seja conduzida a

questão da dívida externa; como devemos enfrentar a questão do déficit público; qual a política salarial, que efetivamente, defendemos para o atual momento, para a atual realidade brasileira; qual a política industrial e agrícola que interessa ao país e como enfrentar o processo inflacionário. Estas questões têm que ser respondidas por nós e devem fazer parte do contexto da negociação que propomos. Ao país é isso que interessa, independentemente da solução que venha a ser dada à questão do mandato, ou à do sistema de governo.

A rota de colisão que hoje parece clara — ainda que colocada no horizonte — deve ser evitada pelas lideranças políticas e especialmente por nós, do PMDB, que temos a responsabilidade de levar a transição a bom termo e criar condições para a consolidação do estado de direito democrático.

ALBERTO GOLDMAN, 51, engenheiro, é secretário-especial de Coordenação de Programas do Estado de São Paulo (governo Quéricio); foi deputado federal e estadual.

21 MAR 1988